



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Comissão Permanente Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor – CPMAPD

Decretos nº 18.852/2023 | nº 20.352/2024 | Portaria Conjunta nº 01/2024

ATA DE REUNIÃO – nº 13

Assunto Geral:	13ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor – CPMAPD
Data:	10/10/2024
Horário:	09:00 – 11:00
Local:	Auditório - SEMUR
Coordenadora:	Fabiana de Oliveira
Objetivo:	Informes conforme a ordem do dia
Participantes:	Conforme Lista de Presença
Relatoria:	Nathalia Cazella Claudino

Ordem do dia:

1. Novos membros – boas vindas;
2. Ofício da ADPVH sobre Concessão da Hidrovia do Madeira/ Resposta SEMPOG;
3. Informes sobre PAEDS;
4. Comissão da Adequação do PDPM;
5. Ofício do MP;
6. Inserção de documentos no processo;
7. Decreto do RAG – inserção do PDPM;
8. Consolidação de formulário teste - Relatório de Acompanhamento do PDPM/2024.

Assuntos tratados:

A reunião foi iniciada pela Coordenadora Fabiana de Oliveira (SEMPOG) dando as boas-vindas aos novos membros, prosseguindo com a leitura da ordem do dia. Foram mostrados o Decreto nº 20.352-28/08/24, que trata da inserção de 3 (três) unidades setoriais na Comissão Permanente Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor – CPMAPD devido ao entendimento de que a presença desses representantes agregaria às discussões de acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM, e a Portaria Conjunta nº 001 de 23/09/24, que trata da designação dos membros das secretarias previamente inseridas. Na sequência foi abordado sobre o ofício enviado pela Agência de Desenvolvimento de Porto Velho (ADPVH) à SEMPOG, solicitando informações sobre concessão da Hidrovia do Rio Madeira, sugerindo até mesmo a coalização de um grupo de Secretários para serem interlocutores junto ao Governo Federal e demais instâncias que estão tratando do tema. Fabiana relatou que o ofício foi respondido com base em algumas informações do diagnóstico do PDPM e a Lei do Plano de Mobilidade – PlanMob. No momento, a servidora questionou se o servidor Luiz Fernando (ADPVH) saberia mais detalhes sobre esse processo de concessão. Ele informou que Leandro Dill (presidente da ADPVH) estava em Brasília, com o Deputado Federal Maurício Carvalho e outras autoridades da Prefeitura para reunião com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, para tomar conhecimento sobre as ações que o Governo Federal está adotando em relação à concessão e, talvez, na próxima semana se tenham mais informações. Foi ressaltado que no site da ANTAQ estão disponibilizados documentos sobre decisões já tomadas relativas à concessão. A Servidora Camila Loss (SEMPOG), menciona sobre a visão para Porto Velho como polo logístico com a hidrovia, a BR-364 e a ferrovia (para o futuro) e, como o processo de concessão influenciará sobre o planejamento estratégico do Município, provavelmente vindo à tona, de alguma maneira, em todos os planejamentos da Prefeitura daqui



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Comissão Permanente Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor – CPMAPD

Decretos nº 18.852/2023 | nº 20.352/2024 | Portaria Conjunta nº 01/2024

para frente. O Servidor Carlos Alexandre (SEMPOG) falou que a privatização da hidrovia, assim como a implantação da ferrovia não são assuntos isolados, há um plano estratégico maior (por parte da União), então a prefeitura deve estar atenta para essas decisões e considerar uma possível revisão do Plano Diretor antes de 10 anos, o servidor sugere já em 2026. O Servidor Raymundo Júnior cita que para se concretizar de forma coesa é preciso ter um olhar clínico sobre a cidade e principalmente sobre as hierarquias viárias, porém atualmente essas hierarquias do PlanMob estão diferentes das descritas no PDPM, logo é importante a ampla divulgação desses materiais para que o corpo técnico municipal possa ter uma visão macro sobre Porto Velho. Carlos Alexandre expõe a ideia de Camila em realizar um seminário (“Seminário do Urbanismo”) a fim de nivelar o conhecimento de todos os servidores da Prefeitura sobre os principais planos e legislações do município e as ações de cada secretaria, visto que muitos profissionais desconhecem certas leis até que venham a trabalhar em um setor que necessite de seu uso. Quanto à inconsistência relativa a hierarquização viária, Camila informou que na Comissão de Adequação do PDPM, já foi realizada alteração no plano diretor direcionando que esse assunto estará no PlanMob, já tendo sido enviado ofício a SEMTRAN sobre isso. Além de que, a SEMTRAN sinalizou que quer debater sobre a hierarquização estabelecida no PlanMob, verificando se serão necessárias mudanças, aproveitando para ajustar a qualidade das imagens e mapas (dado que agora a Prefeitura dispõe do Departamento de Geoprocessamento). Carlos explicou que a Comissão de Adequação concluiu a análise do PDPM, mas não houve entrega de um material final (relatório) ainda, foram feitos os ajustes e alterações e atualmente está sendo finalizada a revisão da Lei de Parcelamento do Solo Urbano – LPSU, prosseguindo para a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e algumas legislações suplementares, como sobre outorga onerosa, IPTU e o que for considerado necessário. Então serão convidadas SEMTRAN e SEMA para discutir certos tópicos das leis. Finalizada essa etapa, as minutas serão encaminhadas para aprovação. Sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Município de Porto Velho – PAEDS, Fabiana informou sobre a finalização da 1ª (primeira) etapa de discussões do plano, que contou com a coordenação da equipe da Fundação da Universidade Federal do Paraná – FUNPAR de Curitiba, e a continuação das ações com a 2ª (segunda) fase, ocorrida em setembro, tratando da Política de Inovação de Porto Velho. A servidora também relembra que uma das ações do Plano de Ação e Investimentos – PAI trata da elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e a ADPVH está atuando para isso. Na sequência, Luiz Fernando (ADPVH) disse que em relação ao PAEDS, haverá uma agenda mais específica com os técnicos da Prefeitura para projetar Porto Velho para 2050 e discutir a parte logística da cidade, porque há o receio de transformar o Município em uma “economia de passagem”. Neste aspecto, Carlos menciona que viu noticiário que já foi autorizada a pavimentação da transamazônica (a transamazônica há muitos anos estava sob questionamento de pavimentar ou não), com isso será mais um caminho de entrada/saída para Porto Velho e apontou sua preocupação em relação aos impactos ambientais. Luiz Fernando disse que discordava um pouco do Carlos, pois via que onde há pavimentação, ocorre degradação, mas facilita o alcance das autoridades públicas. Falou ainda que visualiza mais a transamazônica como uma “estrada parque”. Carlos então pontuou que Porto Velho é um ponto de turismo ambiental forte e que a SEMDESTUR tem que ter esse olhar sobre novas possibilidades da cidade. Na oportunidade, Camila esclarece que o PAEDS é um plano de antecipação, uma forma de prever oportunidades e mitigar impactos. Desta maneira, todas as informações estão sendo colocadas para a CPMAPD, pois todas estão relacionadas ao acompanhamento e implementação do PDPM. Ainda, em relação às questões econômicas, falou sobre a Zona de Urbanização Específica Portuária de Porto Velho (ZUEP), que está cada vez mais se consolidando, que vai aquecer ainda mais a economia, mas os impactos sociais precisam ser pensados (principalmente, prostituição) na Comunidade de Cujubinzinho. Na sequência, Fabiana pontuou sobre a Comissão de Adequação do PDPM, em que foram finalizadas as discussões sobre o PDPM, atualmente, está discutindo sobre a Lei de Parcelamento do Solo, para posterior discussão sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Falou sobre



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Comissão Permanente Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor – CPMAPD

Decretos n° 18.852/2023 | n° 20.352/2024 | Portaria Conjunta n° 01/2024

acompanhamento do Ministério Público sobre as ações dessa comissão (CPMAPD); que foi recebido e-mail/ofício do MP solicitando informações sobre a 1ª Oficina de Capacitação do PDPM, sendo respondido que as informações estão publicadas no site do Plano Diretor. Foi informado que houve a abertura do Processo n° 00600-00035973/2024-77, onde estão sendo inseridos os documentos referentes a esta Comissão, por enquanto ainda de 2023. Camila falou que está sendo pensado em instituir uma temporalidade, como o início e o fim de cada Relatório Anual, para abertura de novo processo, para não deixar tudo somente em um único processo, facilitando a consulta para quem precisar. Fabiana informou sobre o Decreto n° 20420/2024 sobre o Encerramento do Exercício de 2024, onde foi inserido sobre o fornecimento dos dados para o Relatório Anual do PDPM, unindo este relatório ao Relatório Anual de Gestão – RAG. Foi então apresentado pela Servidora Camila o formulário “teste” para apreciação e consolidação da CPMAPD, que, em tempo será disponibilizada para cada comissão instituída em cada unidade setorial responsável pelo RAG, para colher dados dessas unidades para elaboração do Relatório Anual do PDPM/2024. Durante a apresentação, as seguintes proposições foram feitas pela Comissão: Caso não se consiga acesso às planilhas para preenchimento, não se deve prosseguir com o envio do formulário; criar planilhas no drive em arquivos separados; colocar no formulário que a unidade em negrito nas ações do PAI, é a secretaria com maior atribuição sobre a ação (colocar asterisco nas palavras em negrito para destacar mais); numerar as questões para que referencie os arquivos a qual questão estão ligados; enviar a resposta automaticamente para quem respondeu (gerar protocolo); quando for às unidades setoriais, realizar apresentação breve da solicitação das informações e depois abordar o formulário; ver possibilidade de responder um relatório teste junto com um servidor em cada unidade setorial. Por fim, Fabiana falou brevemente sobre o cronograma da CPMAPD, e sobre já iniciarmos o de 2025. Disse que para o próximo relatório do PDPM, contamos com mais membros da Comissão para apresentar ao CONCIDADE. Reforçou ainda que todos têm responsabilidade de auxiliar/relembrar nas suas unidades sobre o envio de dados para a Comissão. Foi ainda informado que, quanto ao envio de ofício (deliberado na reunião anterior) para o Secretário da SEMPOG sobre os encaminhamentos da 1ª Oficina de Capacitação do PDPM, foi realizado pela coordenação da SEMPOG. A reunião foi encerrada às 11h.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Comissão Permanente Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor – CPMAPD

Decretos nº 18.852/2023 | nº 20.352/2024 | Portaria Conjunta nº 01/2024

Registros Fotográficos:

Figura 01: Registro fotográfico da 6ª Reunião de 2024 Ordinária da CPMAPD



Fonte: SEMPOG (2024).

Figura 02: Registro fotográfico da 6ª Reunião Ordinária de 2024 da CPMAPD



Fonte: SEMPOG (2024).

Eu, Nathalia Cazella Claudino, atuo e lavro esta ata que foi aprovada pelos presentes. Porto Velho, 10 de outubro de 2024.